

O uso do fogo controlado pode ser perigoso

Carta Aberta ao Presidente da República Portuguesa, Governo e Grupos Parlamentares

Zabelin S. I. e Natalia Novosolova *
tradução e revisão de Maria do Céu Baptista

O mundo inteiro ficou chocado com os vastos e terríveis incêndios florestais ocorridos em Portugal em junho e outubro de 2017. Sentimos profunda tristeza pelas trágicas consequências - as dezenas de mortos e centenas de pessoas feridas, as florestas e os edifícios destruídos, modos de vida suspensos e, de algum modo, a perda de independência de uma região.

Para evitar incêndios catastróficos no futuro, queremos chamar a vossa atenção para a perigosa falta de consideração do **fogo controlado** (ou **queima prescrita**) como uma das possíveis razões dos incêndios florestais. A imprensa e o relatório da Comissão independente nomeada pelo Estado, analisando as causas dos incêndios de junho, perto de Pedrógão Grande [1], não consideraram esse fator.

Entretanto, é óbvio que o fogo controlado, ou seja, a prática de queima de plantas secas em grandes territórios, incluindo nas margens das florestas e da própria floresta, pode ser perigosa e é outra possível causa de incêndios florestais. Este importante fator deve ser considerado em conexão com a situação catastrófica e os incêndios florestais no país.

Em Portugal, os fogos controlados são práticas amplamente utilizadas e levadas a cabo para responder às necessidades agrícolas e à proteção das florestas contra incêndios florestais. Os relatórios oficiais informam sobre as vastas áreas florestais que foram assim queimadas [1, 2]. Por exemplo, em 11 municípios que sofreram os incêndios florestais em junho de 2017 haviam ardido 31.712,09 hectares entre 2012 a 2017 [1].

O fogo controlado deve ser considerado como uma prática perigosa, uma vez que queimar a cobertura de vegetação seca em áreas naturais cria um alto risco de incêndios florestais. Isso acontece devido à imperfeição dos métodos de controlo de incêndio e, muitas vezes, à insuficiente qualidade na execução prática desses métodos. O risco do fogo controlado é maior em países de clima quente, seco e ventoso, como o de Portugal. Os países que utilizam amplamente o fogo controlado, para fins de agricultura e proteção florestal, têm fortes incêndios nas florestas e estepes quase todos os anos (por exemplo, EUA, Canadá, Austrália, Argentina, Rússia, vários países africanos). Na Rússia, por exemplo, de acordo com o Greenpeace da Rússia e as agências governamentais, a queima controlada de coberto vegetal, legal e ilegal, atinge cerca de 90% de todos os incêndios florestais no país e torna-se a principal razão da catástrofe anual que os incêndios representam [6, 7].

Nós assumimos que ambos os tipos de fogo controlado (para fins de agricultura e proteção florestal) podem ser perigosos porque, em alguns casos, apesar das medidas de controlo, podem levar aos incêndios florestais. Em Portugal, as queimas por fogo controlado, dentro e perto de florestas, podem representar um enorme perigo.

As nossas preocupações sobre a relação entre os fogos controlados e os fortes incêndios florestais dos últimos meses em Portugal baseiam-se nos seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, é consensual que a queima frequente de cobertura de plantas secas dentro ou perto de florestas, sobretudo em climas ventosos quentes e secos (ou nessas circunstâncias), dará início, com grande probabilidade, a incêndios florestais.

Em segundo lugar, há uma estranha coincidência entre a série de fortes incêndios florestais no país iniciados em junho de 2017 e o Programa Nacional e o Primeiro Plano Nacional de Fogos Controlados [4, 5], que entraram em vigor a 8 de maio de 2017, ou seja, apenas um mês antes dos primeiros incêndios catastróficos perto de Pedrógão Grande.

Em terceiro lugar, vários fatos indiretos indicam que os fogos controlados podem ser a causa dos incêndios florestais em junho, perto de Pedrógão Grande. Estes fatos são os seguintes: (i) As múltiplas fontes de ignição e a rápida propagação do fogo, que foram observados pelos bombeiros [9]. (ii) A presença de pontos quentes de FIRMS em diferentes áreas da região de Leiria, indicando os pequenos incêndios em datas anteriores a 17 de junho [9]. (iii) A data do relatório oficial sobre as queimadas prescritas neste ano é 5 de setembro de 2017 [3]. Isto permite sugerir que o fogo controlado em florestas poderia estar a ser implementado durante a época mais perigosa. Em particular, existe a possibilidade de terem sido levado a cabo em 17 de junho de 2017, perto de Pedrógão Grande.

Apesar do perigo óbvio dos fogos controlados e a probabilidade óbvia da sua relação com incêndios florestais, essas queimas controladas não foram consideradas neste contexto, no relatório que analisou as causas dos incêndios florestais catastróficos em junho [1]. Pelo contrário, o relatório mencionou que esses incêndios florestais podem ter sido causados pela área insuficiente dos territórios florestais queimados [1, p. 12] e citamos:

“A área de faixas de gestão de combustível, incluídas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, - dos 11 municípios afetados por incêndios de Pedrógão Grande e Góis - representam uma extensão de 31 712,09 ha. No período de 2012 a 2017, apenas foram executados cerca de 19%, de acordo com uma informação cartográfica recolhida”.

Essas palavras foram imediatamente repetidas pelos jornalistas [8]. Além disso, o relatório contém recomendações diretas para aumentar a escala das práticas de fogo controlado que consideramos perigosas [1, p. 168-169] e citamos:

“Desenvolvimento de programa nacional de gestão do fogo em três vertentes:

1. Uso tradicional do fogo. Identificar potenciais utilizadores do território que possam usar o fogo como ferramenta de gestão. Definir condições, territórios e momentos em que o fogo possa ser usado para alcançar objetivos de gestão do território e criar canais de comunicação simples e eficazes com os interessados para que saibam que o podem utilizar à sua responsabilidade.

2. Uso do fogo controlado. Deverá ser desenvolvido e implementado programa ambicioso e devidamente dimensionado de uso do fogo controlado em áreas de matos e de floresta com intervenientes do sistema e/ou beneficiando de outsourcing. A qualidade técnica e os resultados da prática do fogo controlado deverão ser monitorizados pela Autoridade Florestal Nacional.

Implementação rápida e à escala nacional de um programa nacional de uso do fogo, que integre todas estas componentes. .”

O uso dessas palavras no relatório e na imprensa é muito perigoso, pois pode provocar que as pessoas implementem a queima de plantas secas, sozinhas, como forma de proteger as suas propriedades de incêndios florestais. Como resultado, isso só por si potenciará o aumento rápido e descontrolado de incêndios florestais.

Por estas razões, pedimos ao Governo e ao Presidente de Portugal que analisem criticamente a prática do fogo controlado para fins de agricultura e proteção florestal. Deve ser dada especial atenção ao segundo tipo, como a prática mais perigosa em Portugal, uma vez que a queima é conduzida dentro ou perto das florestas.

Agradecemos o reforço do controlo para a segurança da queima prescrita. Para fazer isso, pedimos acesso público às informações relativas às “queimas prescritas”. Solicitamos a partilha dos dados georeferenciados (como shapefiles) dos territórios da floresta queimada e outras terras na Internet com a especificação da data de queima em cada área lesada. Atualmente, os relatórios estatais incluem os mapas das áreas queimadas sem referência aos originais shapefiles e sem qualquer informação sobre a data da queima. Não permite analisar a correlação entre incêndios prescritos e incêndios florestais.

Solicitamos que se informe amplamente através da imprensa e da televisão sobre os perigos potenciais de todos os tipos de queima prescrita. Solicitamos a realização de campanhas de informação para todas as idades e grupos sociais destinadas a alertar as pessoas que o controlo do fogo é sempre difícil, mesmo quando feito sob marcos legais. E para convencer as pessoas a evitar a realização de qualquer “queima” ilegal da cobertura seca de plantas e de desperdícios e ainda da “queima” usando métodos inseguros, mesmo que feitos nas pastagens.

Pedimos também que se investigue minuciosamente a hipótese de que a “queima prescrita” da floresta poderia ser uma das causas de fortes incêndios florestais em junho e outubro deste ano. E que se preste atenção ao fato dos terríveis incêndios florestais terem começado quase imediatamente após a adoção do Programa Nacional de Fogo Controlado e do Primeiro Plano Nacional de Fogo Controlado.

Acreditamos que é muito importante identificar todos os fatores essenciais que podem levar a futuros incêndios florestais em Portugal. Se um único fator for ignorado, os incêndios catastróficos podem repetir-se uma e outra vez.

**Natalia Novosolova*

Coordenadora da Campanha Pública “Just stop grass burning!” (“Parem já de queimar as ervas!”), Universidade Estadual de Campinas, Brasil, email: antifirecamp@gmail.com

Zabelin S. I.

Presidente do Conselho da União Internacional Socioecológica (International Socio-Ecological Union), Russia.

Baptista, Maria

Cidadã portuguesa. Ex. Profissional de Museus e Património. Consultora independente e coordenação de projetos. Facilitadora de processos, Portugal.

Referências

1. Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorrem em Pedrogão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017 // Relatório da Comissão Técnica Independente, outubro de 2017. <https://www.parlamento.pt/Documentos/2017/Outubro/RelatorioCTI12Out2017.pdf>
2. Atividade dos Técnicos Credenciados. Apresentação de relatórios periódicos sobre a execução de fogo controlado, resultante das atividades de técnicos (como) credenciados em fogo controlado, um nível de ICNF I.P. e a nível nacional. <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/efc/fc/aval-tecn>

3. Técnicos credenciados em fogo controlado. Resumo das ações registradas no sistema de acompanhamento do fogo técnico. 5.09.2017.
http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2017/Relat_TCFC_v05set2017.pdf
4. Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 - Diário da República n.º 88/2017, Série I de 2017-05-08. Presidência do Conselho de Ministros. Aprova Programa Nacional de Fogo Controlado.
<http://www.aenfermagemasleis.pt/2017/05/08/programa-nacional-de-fogo-controlado/>
5. Programa Nacional de Fogo Controlado na gestão silvícola já está em vigor. 10.05.2017
<https://www.agroportal.pt/programa-nacional-de-fogo-controlado-na-gestao-silvicola-ja-esta-em-vigor/>
6. Entrevista com Ruslan Zelikov, primeiro deputado do Ministro da Federação Russa para situações de emergência. // RIA-Novosti, 25.05.2011 (russo)
<https://ria.ru/interview/20110525/379546626.html>
7. A queima de vegetação herbácea seca (grama, restolho, juncos) // Forest Forum of Greenpeace. A revisão de Alexey Yaroshenko, chefe do Departamento Florestal do Greenpeace Rússia (russo)
<http://www.forestforum.ru/fires.php>
8. Dinis. D. *Foi tudo mal feito: relatório de Pedrógão não poupa (quase) ninguém.* // 12.10.2017.
<https://www.publico.pt/2017/10/12/politica/noticia/foi-tudo-mal-relatorio-de-pedrogao-nao-poupa-quase-ninguem-1788662>
9. O recurso sobre a queima prescrita como possível motivo dos incêndios florestais catastróficos em Portugal a partir de 17.06.2017 na região de Leiria. // O apelo preparado pelo coordenador da Campanha Pública da ISEU " Pare a queima de grama!" Novoselova NS (Universidade Estadual de Campinas, Brasil) e o presidente do Conselho da União Internacional Socioecológica (ISEU) Zabelin SI (24 de junho de 2017).
<https://drive.google.com/file/d/0B6TJ2VnOYaa1LVhVLUJMMzd5aDA/view>